

José Portela e João Castro Caldas
(organizadores)

Portugal Chão



CELTA

© autores (textos) e organizadores (colectânea), 2003

José Portela (n. 1950) e João Castro Caldas (n. 1946) (orgs.)

Portugal Chão

Primeira edição: Outubro de 2003

Tiragem: 800 exemplares

ISBN: 972-774-186-X

Depósito-legal: 201100/03

Composição (em caracteres Palatino, corpo 10): Celta Editora

Capa: Paula Neves

Foto da capa: Luís Pavão, *Secundarejo* / *Penha Garcia* (pormenor), Outubro de 1996

Impressão e acabamentos: Tipografia Lousanense, Lda.

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Celta Editora, Lda.

Celta Editora, Rua Vera Cruz, 2B, 2780-305 Oeiras, Portugal

Endereço postal: Apartado 151, 2781-901 Oeiras, Portugal

Tel.: (+351) 214 417 433

Fax: (+351) 214 467 304

E-mail: mail@celtaeditora.pt

Página: www.celtaeditora.pt

7	Entre o <i>vivido</i> e o <i>desejado</i> : o papel do ambiente na nova dicotomia rural/urbano	149
	<i>Elisabete Figueiredo</i>	
8	A questão ambiental nos territórios rurais e nas agriculturas da União Europeia	167
	<i>Isabel Rodrigo</i>	
9	Ambiente e usos do território: reflexões incómodas	189
	<i>Carmina Cavaco</i>	
10	Espaços rurais como espaços turísticos: reflexões em torno da construção da oferta de turismo em espaço rural, em Portugal ...	199
	<i>Manuela Ribeiro</i>	
11	A patrimonialização do espaço social rural e o património edificado: algumas notas	217
	<i>Nuno Gonçalo F. Monteiro</i>	
12	Patrimonialização e transformação das identidades culturais	231
	<i>Xerardo Pereiro Pérez</i>	
13	Associativismo cultural no Douro: um património a valorizar	249
	<i>Joaquim Grácio, Artur Cristóvão e José António Neves</i>	
14	Museu, Memória e Projecto	265
	<i>Joaquim Pais de Brito</i>	

Parte II | ACTORES, POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO

15	Retomando a questão rural	281
	<i>António Simões Lopes</i>	
16	Recursos naturais no século XIX em Portugal. Da inexistência do conceito à divisão da agricultura em sectores: a construção de uma política sobre água e floresta em Portugal, entre 1834 e 1910	301
	<i>Maria Cristina Dias Joanaz de Melo</i>	
17	Idosos Agricultores em Trás-os-Montes: modos de vida, razões de permanência em meio rural	323
	<i>Sílvia Nobre, Alberto Baptista e José Portela</i>	
18	Agricultoras, mulheres rurais e (in)formação: estudo de caso na beira litoral	337
	<i>José Portela e Alberto Baptista</i>	

IDOSOS AGRICULTORES EM TRÁS-OS-MONTES

Modos de vida, razões de permanência em meio rural

Sílvia Nobre, Alberto Baptista e José Portela

Introdução

A sucessão nas explorações agrícolas, ou melhor, a sua ausência, está cada vez mais na ordem do dia, mesmo nos países em que a reestruturação e modernização do sector agrícola ocorreu. O processo de industrialização, acarretando um êxodo maciço, despovoou as sociedades rurais e, para além deste fenómeno, há um envelhecimento da população, que se acentua nas zonas mais deprimidas economicamente e, sobretudo, entre a população activa do sector agrícola.

Em Portugal, as zonas do interior sofrem, sem dúvida, de desvitalização socioeconómica. Em Trás-os-Montes os indivíduos com mais de 65 anos representavam 11% da população em 1981, aumentando para 16% em 1991. As projecções demográficas apontam para o reforço desta tendência: aquele indicador rondará os 21% em 2010¹. Para o território de Trás-os-Montes e Alto Douro e considerando a população com 60 e mais anos em 2011, uma outra fonte (Simões e outros, 1996) indica estimativas no mesmo sentido, digamos valores pesados, entre 22% e 32%. A actividade agrícola permanece a principal ocupação da maior parte da população idosa em Trás-os-Montes (Ribeiro e Portela, 1991; Ribeiro, 1992), com os produtores com mais de 55 anos a representar 59% do total em 1989 e, dez anos passados, a rondar já cerca de 2/3 do total.

A associação entre a presença de idosos em meio rural e uma inactividade generalizada é, assim, refutada, uma vez que mais de metade dos produtores agrícolas recenseados no RGA 1999 têm mais de 55 anos. Esta observação — a da não obrigatoriedade da categoria etária dos idosos estar associada à inactividade — é, aliás, avançada por Fernandes (1999):

1 Marketest, Sales Index 2000 (projectão com base nos resultados de 1991).

As transformações demográficas mais recentes, das quais decorre, entre outros aspectos, o prolongamento do tempo de vida, vêm alterar os calendários de probabilidades de ocorrência dos acontecimentos sem que de tal nos tenhamos dado completamente conta. Temos hoje jovens velhos e velhos velhos, apesar de todos continuarem a ser socialmente identificados com uma só categoria social.

Na Europa, as políticas de revitalização do mundo rural são hoje cada vez mais preocupação central dos Estados (Covas, 1997). No entanto, as acções empreendidas neste âmbito têm sobretudo a ver com tentativas de renovação da população activa na agricultura. Os incentivos à instalação de jovens agricultores e os programas de reforma antecipada no sector agrícola são disso exemplo claro. A evidência empírica mostra, no entanto, que os efeitos destas políticas não foram substanciais, designadamente devido às dificuldades de se acharem "sucessores" para as explorações agrícolas (Baptista e outros, 2000).

Em Trás-os-Montes, os idosos residentes em meio rural, que prosseguem a actividade agrícola apesar de não terem sucessor, não deixam de se comportar num quadro de estratégia familiar. O que muda, agora, é a noção tradicional de família em meio rural. De facto, o conceito de família mais ou menos alargada, alicerçada numa exploração — casa agrícola —, quer no que diz respeito ao local de residência, quer ainda no que concerne à base física das suas actividades, tem agora que ser reformulado em virtude das mudanças verificadas. A família terá, então, que ser encarada também do ponto de vista dos ausentes, que encontraram modos de vida nas cidades, onde se instalaram, mas que continuam a relacionar-se com o meio rural de origem, quer pelos familiares próximos aí residentes (pais, avós), quer ainda pela existência de património fundiário, ou expectativa de herança do mesmo.

Esta noção da família rural, descontínua no espaço e também no tempo, uma vez que as presenças/visitas são agora restritas a períodos bem determinados — fins-de-semana, férias — não é, aliás, nova em Portugal. De facto, durante o período de maior emigração europeia, as sociedades rurais, privadas quotidianamente dos que partiram, organizaram-se também em função deles e dos seus regressos² (Caldas, 1981; Nobre, 1993; Portela e Nobre, 2002). Como faz notar Segalen (1995), as

[...] sociedades europeias fundaram-se na transmissão. No seu caminho para a industrialização e a urbanização determinados grupos sociais experimentaram um período de ruptura. Hoje redescobrem-se laços (ligações) entre gerações

2 De facto, as explorações agrícolas, então privadas de grande parte da sua mão-de-obra, adaptaram-se e evoluíram de forma a substituir parte dessa força de trabalho por factores de produção, agora comprados também com dinheiro proveniente da emigração.

que tecem a trama das sociedades contemporâneas. Ligações tradicionais vividas segundo as formas da modernidade, que comportam sempre uma forma de obrigação mas que são livremente consentidas³.

Neste artigo procuraremos fazer uma reflexão sobre o papel dos idosos agricultores duma zona deprimida do país — Trás-os-Montes — começando por destacar o seu contributo para as diferentes formas de ocupação do território, bem como para as principais culturas praticadas e seu destino. Num segundo tempo, centraremos a análise na ligação destes indivíduos às suas famílias, que estão ausentes da esfera produtiva quotidiana, mas de alguma forma presentes nas estratégias de produção escolhidas, bem como nas modalidades de sustentação e preservação do património. Nesta síntese, faremos apelo, entre outros, aos dados empíricos recolhidos no âmbito das actividades do Projecto "Envelhecimento da População e Retorno: Desafios ao Desenvolvimento Agrícola e Rural de Trás-os-Montes"⁴. Por fim, evidenciando o papel dos agricultores idosos, nomeadamente na ocupação territorial de zonas demográfica e economicamente deprimidas, abordaremos as acções de política (agrícola e social) a executar de forma a resolver problemas inerentes à permanência destes indivíduos em meio rural.

Agricultores idosos em Trás-os-Montes: uma aproximação à escala regional

Com base na informação disponibilizada pelo RGA 89, caracterizaram-se os agricultores idosos em Trás-os-Montes, analisando a agricultura por eles praticada (Fragata e Portela, 2000)⁵. Constatou-se, então, que este grupo de acti- vos agrícolas de mais de 65 anos, para além de ter expressão na totalidade dos produtores na região, tem ainda peso económico e social: ocupam um quarto da área agrícola e cerca de 30% da área florestal. Maioritariamente pequenos produtores (área média das explorações de 5 ha), com agregados domésticos de 2 a 3 pessoas, são essencialmente produtores a tempo parcial, utilizando sobretudo mão-de-obra familiar, embora o recurso a trabalho assalariado seja também expressivo.

Relativamente às culturas praticadas, verificou-se um predomínio das actividades com menores exigências em trabalho. Há, assim, larga representação das hortas e das vinhas, que indicia também um peso importante destas actividades no autoconsumo das famílias. Por outro lado, há uma

3 Tradução nossa.

4 Contrato de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico Praxis/2/2.1/CSH/869/95. Investigador Responsável: José Portela, DES-UTAD.

5 Dados obtidos do INE e tratados no âmbito do projecto Praxis/2/2.1/CSH/869/95.

reorientação produtiva expressa numa menor presença de certas actividades e um centrar de esforços nas culturas permanentes: oliveira, castanheiro e amendoeira, conforme as zonas agro-ecológicas em causa. Estas culturas são menos exigentes em trabalho e as principais necessidades de mão-de-obra concentram-se sazonalmente. A progressiva adaptação/reorientação passa, de facto, pelo abandono das terras de cereal, das que têm menor importância para o autoconsumo e/ou das de menor valor patrimonial. Relativamente às actividades pecuárias, a criação de bovinos de carne é desde logo a mais expressiva. De facto, a actividade leiteira e o pastoreio de ovinos e caprinos têm menor expressão, o que é atribuído às suas maiores exigências em trabalho e particularmente em esforço físico, bem como em mobilidade. Por outro lado, a valorização das raças autóctones de bovinos/carne (através, por exemplo, do pagamento de indemnizações compensatórias) tornam esta actividade economicamente atractiva.

Em síntese, este trabalho evidencia, na região transmontana, um conjunto significativo de agricultores com mais de 65 anos, que continuam a produzir, concentrando os seus esforços em produções para consumo directo e em culturas permanentes.

Idosos rurais em Trás-os-Montes: entre a inactividade e a actividade intensa

O ponto anterior conduz-nos à questão da determinação do grau de actividade ou inactividade dos idosos residentes em meio rural e, em particular, à caracterização dos agricultores idosos, sobretudo no que diz respeito às actividades praticadas.

Um estudo, feito no quadro do projecto acima referido e baseado na inquirição de 100 indivíduos com mais de 65 anos, residentes em 4 aldeias localizadas em diferentes zonas agro-ecológicas (Terra Fria de Montanha, Vales Sub-Montanos, Terra Quente e Douro)⁶ aponta respostas à questão formulada. Com uma idade média de 75 anos (58% mulheres e 48% homens, sendo cerca de metade viúvos), na sua maioria não escolarizados (60%) e vivendo sobretudo sós ou com o cônjuge (70%), estes indivíduos representam um grupo muito heterogéneo. Isto, tanto do ponto de vista do número de actividades agrícolas desenvolvidas, como da sua escala.

Como pode ver-se no quadro 1, os idosos inquiridos foram classificados em cinco tipos, variando entre os que não têm actividade (*Tipo A*) e os que mantêm ainda grande actividade na agricultura (*Tipo E*)⁷. Na tipologia apresentada, estes indivíduos são agrupados de acordo com o seu grau de

6 Dados recolhidos e tratados no âmbito do Projecto projecto Praxis/2/2.1/CSH/869/95.

Quadro 1 Tipos de idosos rurais em Trás-os-Montes

Denominação dos tipos	Nº inquiridos	Idade média (anos)
(A) Sem actividade	39	79
(B) Muito pouca actividade	20	76
(C) Pouca actividade	20	73
(D) Média actividade	14	73
(E) Muita actividade	7	69
Total	100	-

actividade directiva e/ou executiva nas explorações agrícolas. Os principais critérios utilizados foram o número de actividades desenvolvidas e o número de árvores ou pés de vinha, as produções obtidas, bem como os efectivos animais. A estes critérios foi ainda associada uma apreciação global da situação do idoso no que diz respeito ao nível de actividade física.

No estabelecimento desta tipologia o critério idade não foi tido em conta. Todavia, pode verificar-se uma relação estreita entre a idade média dos indivíduos de cada tipo e o correspondente nível de actividade. Com efeito, no tipo em que é maior o grau de actividade, a idade média dos indivíduos que o compõe é menor, e *vice-versa*.

A tipologia apresentada representa um quadro estático da situação dos idosos rurais inquiridos. No entanto, na realidade, no quadro do ciclo de vida de cada indivíduo estamos perante um processo dinâmico, onde as trajectórias individuais de redução de actividade são, nalguns casos, relativamente longas e, noutros, apresentam rupturas e/ou descontinuidades.

No primeiro tipo de idosos inquiridos (*Tipo A — idosos sem qualquer actividade agrícola*), que representam 39% do total, muitos apresentam vários problemas de saúde e/ou incapacidade física, o que os impossibilita de trabalhar. As pensões de reforma constituem a principal receita da grande maioria destas famílias (87%).

Encontram-se classificados num segundo grupo (*Tipo B — idosos com muito pouca actividade*) 20% dos inquiridos, limitando-se as actividades agrícolas a uma pequena horta junto à casa, com áreas que podem variar entre os 25m² e os 500m², para a produção de hortícolas e de batata. Nalguns casos a actividade desenvolvida é sobretudo directiva. As pensões de reforma, tal como no tipo anterior, são a principal receita em todas as famílias incluídas neste tipo.

7 Elementos constantes da comunicação de A. Baptista "Tipologia de Actividade Agrícola dos Idosos em Trás-os-Montes, Partilhas e Sucessão da Terra" ao II Seminário do Projecto Praxis XXI "Envelhecimento da População e Retorno: Desafios ao Desenvolvimento Agrícola e Rural de Trás-os-Montes", realizado a 18.12.1998, em Vila Real.

No tipo seguinte (*Tipo C — idosos com pouca actividade*), onde se inclui 20% da população inquirida, temos indivíduos cuja actividade agrícola é mais importante do que no grupo anterior e, sobretudo, mais diversificada. Para além das hortas, aparece também frequentemente a criação de animais. São, sobretudo, animais de capoeira, asininos e suínos, ainda que em número reduzido. Regista-se ainda, de acordo com a localização da aldeia de residência, a existência de culturas permanentes: castanheiro nuns casos; vinha, amendoal e olival, noutros. As produções destinam-se principalmente ao autoconsumo dos agregados e de familiares que não vivem na aldeia. Há também produções que se destinam à venda (castanha, amêndoa e vinho), mas as pensões de reforma continuam a ser a principal receita destas famílias.

Um quarto grupo de inquiridos (*Tipo D — idosos com actividade média*) mostra já níveis de actividade agrícola substancialmente acima dos casos anteriores e representa 14% dos inquiridos. As pensões de reforma continuam a ser a principal receita na maioria dos agregados (86% dos casos), surgindo as receitas da actividade agrícola como fontes de rendimento secundárias para a maior parte das unidades familiares (79%). Para as receitas agrícolas contribui a venda de azeite, vinho, amêndoa, castanha e batata.

Por fim, temos o tipo de indivíduos que trabalham de modo relativamente intenso na exploração agrícola (*Tipo E — idosos com muita actividade*), dedicando-se a um número elevado de actividades: produção de leite, cereal, batata, azeite e vinho. Estes indivíduos têm unidades produtivas bem integradas nos mercados, tanto no de produtos como no de factores de produção. O que os distingue dos restantes tipos apresentados é o nível das actividades, substancialmente maior. De facto, todos os indivíduos que o integram têm produções relativamente importantes de batata (desde os 2.500 kg aos 10.000 kg), que se combinam com efectivos pecuários e/ou vinho, produção de azeite e de amêndoa, em proporções bastante apreciáveis. As principais receitas destas famílias são as reformas, a venda de produtos da exploração, ou ainda uma combinação das duas.

Em resumo, a categoria social dos idosos residentes em meio rural está longe de ser homogénea, variando entre os indivíduos inactivos e os que poderiam ser, em boa verdade, incluídos na "população activa".

Agricultores e reformas antecipadas: da contradição entre as políticas e a realidade local

Num estudo de avaliação da Cessação de Actividade Agrícola em Portugal (António e outros, 2001), inventariaram-se razões de tipo diverso para explicar a fraca adesão a esta medida. Ali se lê: "após quatro anos de aplicação efectiva [...] os resultados ficaram muito aquém das expectativas: cerca de 650 cessações efectivas [...] para uma previsão de 1.100 por ano". Para além das

questões relacionadas com a falta de informação e divulgação dos numerosos requisitos legais exigidos e da complexa formulação das candidaturas, que a tornam desde logo uma medida selectiva, considerou-se também que “há alternativas, certezas e riscos a rodear a decisão da reforma antecipada e consequentemente, há recusas quanto à ideia do abandono da actividade agrícola” (António e outros, 2001).

De entre as razões apontadas para a recusa de candidatura a este programa temos o facto de os hipotéticos *agricultores cessantes* estarem, na maior parte das situações, apenas dispostos a passar a sua exploração em situações em que os *novos titulares* são familiares, ou seja, filhos ou genros. Tal facto limita, desde logo, o número de candidaturas a este programa, já que são cada vez menos os agricultores cujas explorações têm sucessor. Por outro lado, a exigência de que os *novos titulares* sejam agricultores a tempo integral resulta também numa redução do número de aderentes ao programa, dado o crescente número de casos em que a agricultura é exercida em complemento de outras actividades (Baptista e Portela, 1995). Salienta-se ainda que a maioria das candidaturas a esta medida se verifica num contexto de arrendamento de terras agrícolas, o que mostra que os *agricultores cessantes* não querem abdicar do seu património. Aparece também como justificação de uma não candidatura, a recusa a uma hipótese de abandono da actividade agrícola (Baptista e outros, 2000).

Esta contradição entre as políticas empreendidas e a realidade das sociedades rurais de hoje — apesar de ser justificação declarada das primeiras o reconhecimento da especificidade e da importância estratégica das segundas —, constitui, sem dúvida, um ponto de reflexão. Faz assim sentido tentar compreender: por que motivo vão prosseguindo esta actividade indivíduos que têm potencialmente cada vez menos possibilidades físicas e condições de trabalho, sobretudo num contexto em que a agricultura surge como uma actividade pouco rentável? O que explica o seu empenho nesta actividade, dadas as limitadas hipóteses de sucessão familiar na exploração agrícola?

Os estudos já referidos, designadamente Fragata e Portela (2000) dão, numa primeira aproximação, algumas respostas às perguntas acabadas de formular. De facto, e em relação à primeira delas, os agricultores de mais de 65 anos, embora por vezes também vendam parte da produção, destinam-na essencialmente ao consumo directo, ao seu e ao dos familiares, por vezes dos filhos ausentes. Deste modo, a actividade agrícola surge como complemento do rendimento do agregado, que se baseia nas reformas. Por outro lado, quanto à segunda questão, a inquirição efectuada no quadro dos trabalhos referidos regista duas razões de peso para a permanência dos idosos na actividade agrícola: por um lado, as necessidades (física e psicológica) de se manterem ocupados e, por outro lado, o desejo de manutenção de um património preservado, ou seja, cuidado.

Estas respostas, porém, não poderão ser tomadas como respostas

cabais. Assim, prosseguimos o aprofundamento da problemática em causa, através de uma abordagem num novo plano, o das relações familiares e intergeracionais.

Agricultura, relações familiares e intergeracionais

Atentemos, agora, não nos idosos agricolamente activos nem nos inactivos, mas, sim, no papel dos seus familiares ausentes do meio rural. Se é certo que estes (sobretudo os filhos e, nalguns casos, os netos) estão afastados da esfera agrícola no seu quadro de vida quotidiano, é igualmente verdadeiro que são incluídos nas estratégias da exploração e estão amiúde interessados nos "produtos da terra" e na preservação do património familiar. O seu interesse no abastecimento em bens alimentares locais, bem como no seu consumo, está também ligado às questões da qualidade alimentar dos mesmos. De facto, com frequência, a justificação de continuidade na produção agrícola é associada às vantagens do consumo de alimentos são.

A propósito destes interesses nos recursos locais, vejamos os resultados de dois trabalhos distintos, em que foram analisadas as relações familiares, em particular as intergeracionais. Num primeiro estudo de caso⁸, inquiriu-se uma população de 75 "idosos" (+ 55 anos de idade) ex-emigrantes que uma vez regressados ao local de origem aí se reinstalarem na actividade agrícola. Analisaram-se alguns aspectos da ligação aos membros da família ausentes, bem como os papéis por eles assumidos. Os resultados apurados denotam uma multiplicidade de situações, mas há um conjunto de traços comuns salientes que importa reter.

As actividades empreendidas após o regresso centram-se, para mais de 80% dos inquiridos, na agricultura, que é praticada nos moldes tradicionais. Na maior parte dos casos, a actividade agrícola era a ocupação predominante na fase pré-emigração. Verificou-se também que esses regressados incluem nos seus objectivos de produção as doações de produtos aos filhos ausentes. No quadro das relações estabelecidas com os filhos (figura 1), as trocas de produtos aparecem à cabeça, tendo ainda alguma expressão as ajudas monetárias. Convém notar que a designação *produtos* se refere aos "produtos da terra", que, por vezes, são ainda transformados no âmbito das actividades domésticas. Destinados aos que moram mais perto, estão as novidades da horta, constituindo o abastecimento semanal em legumes frescos e flores. Aos

8 Este estudo de caso foi apresentado numa comunicação de S. Nobre ao II Seminário do Projecto de Investigação PRAXIS XXI, "Envelhecimento da População e Retorno: Desafios ao Desenvolvimento Agrícola e Rural de Trás-os-Montes", realizado a 18.12.1998, em Vila Real. Tal exposição oral foi intitulada "Agricultores Idosos em Trás-os-Montes: Retorno e Condições de Vida Actual e Futura".

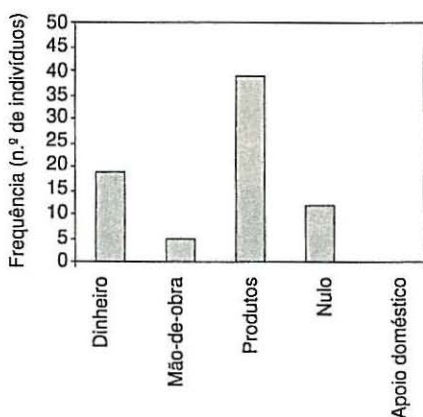


Figura 1 Tipos de apoio concedidos aos filhos

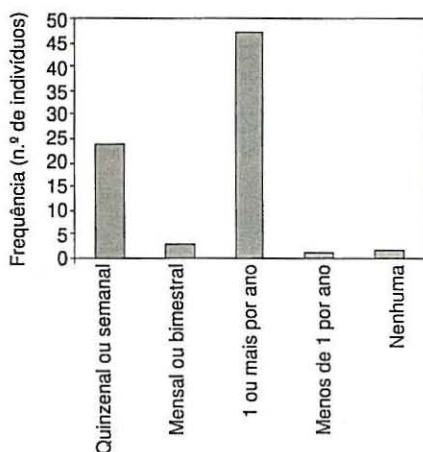


Figura 2 Frequência de visitas dos filhos à aldeia

filhos que moram mais longe, não raro fora do país, destinam-se sobretudo bens alimentares de origem animal, principalmente queijo e enchidos do fumeiro caseiro. Batatas, vinho e azeite podem também fazer parte do cabaz. Os produtos são oferecidos quando ocorrem visitas dos filhos à casa familiar na aldeia, ou enviados através de vizinhos ou parentes. Isto pode ocorrer, quer graciosamente quer num esquema de transporte e entrega de encomendas a grande distância, muito bem organizado por particulares e especialmente bem pago.

Se bem que um regresso para suceder aos pais idosos na exploração agrícola não seja, no contexto actual, hipótese considerada, é evidente o interesse dos filhos no património fundiário que é guardado e preservado pelos progenitores. Na realidade, com frequência, as visitas aos pais coincidem com épocas de ponta de alguns trabalhos agrícolas (Portela, 1988; Madureira, 1994), sendo o contributo dos filhos em trabalho um meio de viabilizar a continuidade de certas actividades. A apanha da castanha e da azeitona bem como a vindima são disto exemplo, correspondendo a produtos regionais bem valorizados tanto em termos comerciais, como no plano do consumo directo. Relativamente à periodicidade das visitas efectuadas pelos filhos (figura 2), temos: por um lado, as de carácter anual, de longe as mais expressivas (com mais de 45%) e que correspondem sobretudo a casos de filhos residindo a grande distância; por outro lado, as visitas semanais e quinzenais são também expressivas (quase 25%), representando as deslocações dos filhos a viver relativamente perto da casa dos pais. As visitas são também complementadas, e, por vezes, mesmo substituídas por telefonemas. Uma vez que, como

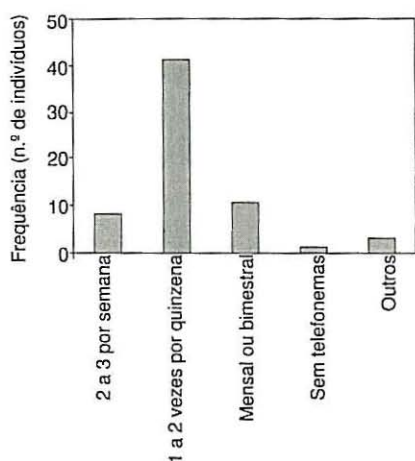


Figura 3 Periodicidade dos telefonemas dos filhos

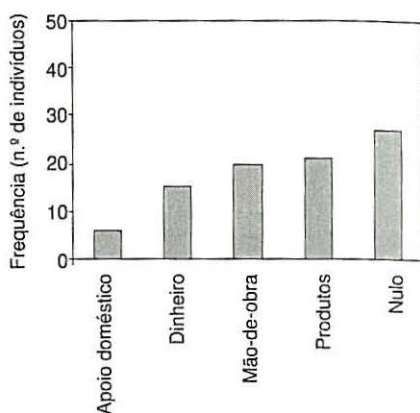


Figura 4 Tipos de apoio concedidos pelos filhos

nos foi dito, a correspondência escrita caiu em desuso, o telefone é o meio utilizado para um contacto intergeracional permanente (figura 3). Os telefonemas semanais e quinzenais são de longe os predominantes, representando cerca de 50% do total.

As ajudas prestadas aos pais por parte dos filhos ausentes (figura 4), vão traduzir-se em mais de 50% dos casos no somatório da provisão de produtos (sobretudo de mercearia e roupas), do fornecimento de mão-de-obra e da ajuda financeira.

Os apoios concedidos aos idosos por parte de familiares e vizinhos, também eles residentes na aldeia, são importantes: perto de 3/4 dos idosos inquiridos recebem ajuda de familiares e mais de 85% têm apoios de vizinhos. Em ambos os casos, o auxílio é diferenciado em várias categorias. Entre os familiares, as ajudas em mão-de-obra e o apoio domiciliário assumem um relevo particular, respectivamente cerca de 15% e 6% dos inquiridos). Relativamente ao apoio vicinal (figura 5 e figura 6), os serviços pagos são, de longe, a modalidade mais expressiva (30% dos inquiridos), à qual se segue de perto a provisão de mão-de-obra (20% dos inquiridos)⁹.

Num outro trabalho (Nobre, 2001), atentámos não em residentes rurais, mas em "urbanos", um grupo de indivíduos a residir e trabalhar em Bragança, cidade envolvida pelo meio rural. Situámo-nos, então, no "outro pólo" da

9 O termo serviços pagos representa sobretudo a provisão/recepção de mão de obra, que é remunerada pelo receptor. O termo mão de obra toma aqui o sentido plural de provisão de apoio domiciliário e/ou de entrega de ajuda não remunerada monetariamente.

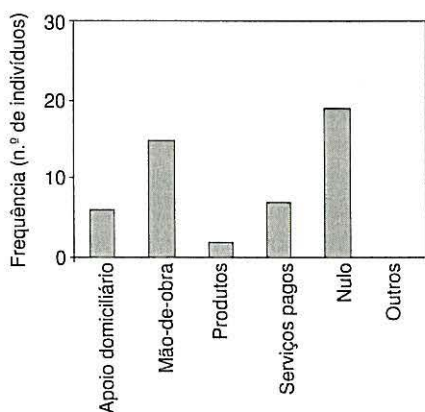


Figura 5 Tipos de apoio concedidos por outros familiares

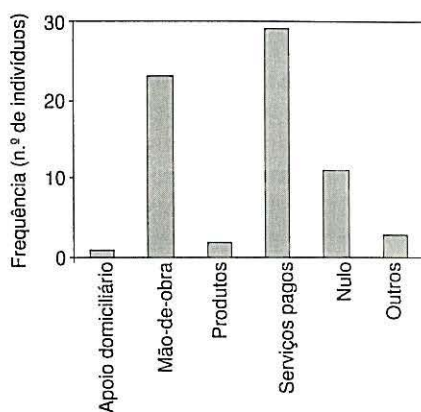


Figura 6 Tipos de apoio concedidos por vizinhos

cadeia dos elos intergeracionais, o dos descendentes que aparentemente deixaram o meio rural e a agricultura. Estudou-se a sua ligação actual à sociedade local de onde são oriundos, em particular ao mundo agrícola e aos familiares que actualmente aí residem. As respectivas conclusões corroboram os resultados acima apresentados. Os filhos ausentes da aldeia e da agricultura enquanto actividade principal na esfera da vida quotidiana, mas residindo numa cidade relativamente próxima¹⁰ são um pilar maior na organização e sustentação das estratégias de produção das explorações agrícolas familiares. Tal se conclui uma vez averiguado directamente o seu interesse pelo património familiar existente; o consumo dos produtos agrícolas, e ainda a elevada frequência e alto grau de envolvimento da sua participação nos trabalhos do campo.

Nota final: das redes familiares e vicinais ao apoio público a idosos rurais

Evidenciámos um quadro com duas grandes facetas: por um lado, há idosos residentes em meio rural que aí querem permanecer, continuando a

10 Naturalmente, o grau de proximidade é variável, conforme os locais de origem, mas predominam os situados no próprio distrito de Bragança.

actividade na agricultura; por outro lado, os seus filhos, ausentes, embora não tenham como meta regressar, não estão, de modo nenhum, alheios à preservação de um património que virão a herdar. Neste contexto fará sentido defender-se a deslocação de idosos do seu quadro de vida quotidiana, por exemplo, para lares e ou residências sitas algures? Será medida de senso tentar transformar idosos rurais relativamente activos em reformados inactivo-assistidos? Supomos que não, tanto mais que a evidência empírica nos mostra que as soluções adoptadas pelos próprios idosos vão no sentido de uma diminuição gradual das actividades agrícolas, à medida das deficiências e impossibilidades físicas emergentes e que há redes de solidariedade intergeracionais e vicinais a funcionar. Como faz notar, com propriedade, Attias-Donfut (1995)¹¹, "transmissões e influências entre gerações formam um dos fenómenos de base através dos quais a sociedade se reproduz, se transforma e se perpetua. A família é uma das peças fundamentais desta engrenagem, favorecendo as interacções permanentes entre gerações [...] Instalada a segregação de idades, no trabalho, nos locais de vivência e convivência, a família permanece como um dos principais espaços onde gerações diferentes se encontram e agem umas sobre as outras. Mas as trocas entre gerações seguem na realidade dois circuitos, um privado, intrafamiliar, o outro público, institucional, através da protecção social".

Nos vários estudos sobre idosos rurais de Trás-os-Montes que utilizámos nesta reflexão, também nós verificamos a ocorrência simultânea das duas componentes das trocas intergeracionais, as privadas e as públicas. De facto, incidindo a análise em indivíduos com mais de 65 anos é evidente o peso das reformas; por outro lado, a abordagem da continuidade e das modalidades sucessivamente assumidas na actividade agrícola pautou-se sempre pela compreensão das relações intergeracionais e, em particular, por um novo conceito de família/casa agrícola. A agricultura aqui praticada visa fins próprios e tem, consequentemente, orientações produtivas singulares.

O conceito de família agora reformulado, à luz das novas realidades apercebidas, passa então a incluir os seus elementos ausentes no espaço quotidiano da exploração agrícola. De facto, os filhos, presentes só em certos períodos e trabalhos, são também parte interessada nas estratégias produtivas dos pais, uma vez que consomem os "produtos da terra" e não são indiferentes à preservação do património a herdar.

Para concluir, uma breve nota quanto a intervenções de melhoria das condições de vida e permanência em meio rural dos idosos aí residentes¹². Às solidariedades privadas importa somar as medidas que reforcem, nesse mesmo espaço local, o eixo da solidariedade pública. É relevante que tais medidas contribuam, entre outros fins, para superar o isolamento, carências

11 Tradução nossa.

de transportes e de assistência na saúde, e mesmo a falta de microserviços relativos à vida quotidiana. Pode uma viúva idosa recolocar umas telhas levantadas pelo vento? Quem evitará que a chuva lhe inunde o quarto de dormir?

Referências bibliográficas

- António, P., A. Baptista, e J. Portela (2001), "A reforma antecipada: a favor ou contra os agricultores idosos?: síntese de uma avaliação expedita da Cessação da Actividade Agrícola em Portugal Continental (1994-1998)", em *Agricultura, Economia e Sociedade: Ensaios em homenagem ao Prof. Fernando Estácio*, Lisboa, IFADAP.
- Attias-Donfut, C. (1995), "Le double circuit des transmissions", em Attias-Donfut, C. (org.), *Les Solidarités entre Générations : Vieillesse, Famille, État*, France, Nathan.
- Baptista, A., P. António, e J. Portela (2000), *A medida de Cessação da Actividade Agrícola em Portugal Continental 1994-98*, Lisboa, DGDR (Direcção Geral de Desenvolvimento Rural), 135 p. (Colecção Estudos e Análises).
- Baptista, A., e J. Portela (1995), "A pluriactividade como estratégia de desenvolvimento nos Vales Sub-Montanos de Trás-os-Montes", *Estudos Transmontanos*, Vila Real, 6, pp. 291-333.
- Caldas, J. Castro (1981), "Caseiros do Alto-Minho: adaptação e declínio", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 7/8, pp. 203-217.
- Covas, A. (1997), *Ajustamento, Diversificação e Desenvolvimento Rural*, DGDR (Direcção Geral de Desenvolvimento Rural), 36 p., (Colecção Estudos e Análises).
- Fernandes, A. (1999), "Velhice e sociedade: alterações nos calendários demográficos e políticas sociais", *Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, 4, Cascais, Câmara Municipal de Cascais.
- Fragata, A., e J. Portela (2000), "Agricultores idosos de Trás-os-Montes: exclusão e reconhecimento", *Análise Social*, XXXV (156), pp. 721-737.
- Madureira, L. (1994), *A Olivicultura nos Sistemas de Produção Agrícola de Trás-os-Montes e Alto Douro: um contributo para o estudo das relações entre a agricultura e o ambiente*, Tese de Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural, 273 p.

12 A este propósito conferir comunicação de R. Andrade "Agregado Doméstico, Condições de Vida e Necessidades dos Idosos em Trás-os-Montes: Elementos para uma Primeira Aproximação" ao II Seminário do Projecto de Investigação Praxis XXI "Envelhecimento da População e Retorno: Desafios ao Desenvolvimento Agrícola e Rural de Trás-os-Montes", realizado a 18.12.1998, em Vila Real. Af se pode constatar que os inquiridos residindo em agregados exclusivamente constituídos por idosos, têm por isso carências que são tanto mais difíceis de suprir, quanto na sua maior parte não têm familiares a residir por perto. Verificou-se que era atribuída particular importância ao apoio prestado no âmbito das tarefas domésticas (32% dos inquiridos). Os pequenos arranjos na casa ("microserviços") aparecem também referidos em 18% dos casos, bem como o apoio nas tarefas agrícolas (7%).

- Nobre, S. (1993), *Emigration, Retour et Agriculture dans un village de Trás-os-Montes (Portugal)*, Tese de Mestrado, Montpellier, CIHEAM.
- Nobre, S. (2001), "Multifuncionalidade dos espaços rurais: os pontos de vista de um grupo de 'urbanos ex-rurais', em Trás-os-Montes", actas del IV Colóquio Hispano-Português de Estudios Rurales la Multifuncionalidad de los Espacios Rurales de la Península Ibérica, Santiago de Compostela.
- Portela, J. (1988), *Rural Household Strategies of Income Generation: a study of North-Eastern Portugal, 1900-1987*, Ph. D. Thesis, 620 p.
- Portela, J., e S. Nobre (2002), "Entre Pinela e Paris: emigração e regressos", *Análise Social*, XXXVI (161), pp. 1105-1146.
- Ribeiro, M. (1992), "A condição do idoso, no contexto das transformações socioeconómicas recentes, em regiões de montanha- o caso do Barroso", *Economia e Sociologia*, 53, pp. 67-90.
- Ribeiro, M., e J. Portela (1991), "Being (and continuing?) on the margins of Europe. The case of Barroso mountainous area", comunicação apresentada no *Seminar of the Transnational European Rural Network*, Bruxelas.
- Segalen, M. (1995), "Continuités et discontinuités familiales: approche socio-historique du lien intergénérationnel", em Attias-Donfut, C. (org.), *Les Solidarités entre Générations : Vieillesse, Famille, État*, France, Nathan.
- Simões, J. M., J. Portela e F. Cepeda (orgs.), *A região Fronteira de Trás-os-Montes: Diagnóstico e Estratégia de Desenvolvimento*, Zamora, Fundação Rei Afonso Henriques, 371 p.